



## PERCEPÇÕES DOS INDÍGENAS DA COMUNIDADE INDÍGENA MALACACHETA EM RELAÇÃO AO AMBIENTE

BARROS, Keyla Cinara Tomé <sup>1</sup>

OAIGEN, Edson Roberto <sup>2</sup>

### RESUMO

A pesquisa realizada no período de 2009-2010 abordou as percepções dos membros da Comunidade Indígena Malacacheta em Boa Vista, Roraima. O entorno geográfico desta comunidade mostra acentuada presença de não indígenas. A pesquisa valeu-se da abordagem qualitativa, baseada no método Hermenêutico que interpretou as falas, relatos e imagens. Como técnica para análise dos dados utilizou-se da Análise de Conteúdos. Os resultados indicam acentuada presença de culturas oriundas dos não indígenas dentro da Comunidade, manifestada nas construções, materiais, artesanato, culturas, nas bibliografias e nas vestimentas e hábitos adquiridos com as imagens televisiva e similar. Aliada a tudo isso ainda se encontram hábitos da cultura típica presente no trato com as questões ambientais, tais como: destino dos resíduos sólidos, dos efluentes, das questões oriundas do uso das matas; sua preservação e recuperação.

**Palavras-chave:** Ambiente. Percepções. Comunidade indígena e não indígena.

<sup>1</sup> Graduada em História, Mestre em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Luterana do Brasil. E-mail: keilatb@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor/Professor formado pela Unicamp, atua pela Universidade Estadual de Roraima, pela Universidade Evangélica do Paraguai e Univates. E-mail: oaigen@terra.com.br

## ABSTRACT

The research addressed in 2009 and 2010, the analysis the perceptions of Malacacheta Indigenous Community in Boa Vista, Roraima. The surroundings of this community show a strong geographic presence of non-Indians. The survey drew on the qualitative approach, based on the interpretation of speeches, reports and pictures taken during the investigative path. The hermeneutic method was the basis of the process, coupled with comparative and descriptive analytical method. As technique for data analysis, the review of contents analysis. Preliminary results shows' a strong presence in the Community of cultures derived from non-Indians. This is manifested in the construction, of the used materials and craftsmanship, ways of usage of crops used in the literature at schools and, above all, in habits learned from television images and similar situations. Allied to all this are still present habits of the typical culture in dealing with environmental issues such as: destination of solid wastes, effluents, the issues arising from the preservation and recovery of forests, Also it was highlighted the use of biodiversity in food, in the manufacture of medicin and in traditional Community crafts.

**Keywords:** Environment. Perception. Indigenous community and non indigenous.

## 1 INTRODUÇÃO

A dissertação que originou este artigo investigou o tema relacionado às percepções sobre o ambiente na Comunidade Indígena Malacacheta: realidade e perspectivas diante da presença dos não indígenas foram definidas a partir de uma análise buscando entender qual a visão ambiental da população indígena da Comunidade Malacacheta, observando-se se houve nas últimas décadas, alterações importantes na percepção do ambiente.

Partimos da constatação hipotética que muitas mudanças comportamentais nos indígenas são oriundas da relação do fato de estar intrinsecamente ligada ao contato de indígenas com não indígenas e, mais ainda, que isto pode contribuir negativamente para a continuidade da cultura do grupo.

Na pesquisa realizada, foram analisadas as percepções sobre o ambiente natural e suas modificações na Comunidade Indígena Malacacheta, no Município do Cantá, Estado de Roraima, tomando como base a existência ou não de alterações/variações nos hábitos e costumes dos moradores da comunidade.

Neste artigo apresentamos os resultados da investigação das percepções dos indígenas da Comunidade Indígena Malacacheta em relação ao ambiente, resultados das entrevistas em relação aos indicadores: hábitos, costumes, cultura,

ambiente, alimentação, produção e comercialização de alimentos, possibilitando a construção de um diagnóstico sobre a temática.

O ser humano vem atuando na natureza desde os primórdios da sua história. Está, portanto, constantemente agindo sobre o meio, a fim de sanar suas necessidades e desejos.

Segundo Piletti (2002, p. 43):

Durante o longo período do paleolítico (aparecimento do homem na terra - 10 mil a.C.) ele colhia da natureza os bens de que precisava para satisfazer suas necessidades, usando a caça, a pesca, a coleta de frutos, raízes e o fogo, que lhe permitia usar as plantas não comestíveis, aumentando o potencial energético a sua disposição.

Pode-se constatar que as agressões cometidas contra o meio ambiente vêm ocorrendo ao longo da história de vida humana, e que talvez, as que se apresentam em menor ordem, ocorram em decorrência, muitas vezes, da falta de informação e conhecimentos.

Contudo, aquelas que causam os maiores prejuízos são resultantes da corrida incessante em busca do lucro, que parece “fechar uma cortina” diante de fatos que evidenciam o desrespeito à vida e à natureza, que vêm respondendo cada vez mais rapidamente com os desequilíbrios que atingem todo o planeta.

Quando o homem tiver ultrapassado o estado primitivo de sacrifício humano, seja na forma ritual dos astecas ou guerra secular, quando estiver capacitado para regular sua relação com a Natureza, razoavelmente e não cegamente, quando as coisas se tiverem de fato transformado em suas servas e não seus ídolos, ele defrontará com os conflitos e problemas verdadeiramente humanos; terá de ser aventureiro, corajoso, imaginativo, capaz de sentir prazer e dor, mas seus poderes estarão a serviço da vida e não da morte. (BRASIL; SANTOS, 2007, p. 17).

Diante do que se lê, vê-se a necessidade de fazer com que as novas gerações percebam o quanto é preciso não repetir os erros do passado e, dessa forma, criar uma nova consciência ambiental, comprometida com a qualidade de vida de todo ser humano e com a perpetuação das espécies.

Ao descobrir as armas primitivas, o homem não parou mais sua caminhada na transformação da natureza em seu próprio benefício. Partindo desse pressuposto, vê-se que as agressões que o meio ambiente vem sofrendo remontam do início da ocupação territorial e chegam aos dias atuais, com muito maior

intensidade e isto se dá devido às metas de crescimento econômico que se sobrepõem a quaisquer objetivos de preservação da qualidade ambiental.

Para a melhor compreensão da inter-relação entre o homem e o ambiente é necessário se fazer o estudo da cultura, interpretando fatos, escritas, hábitos, entre outros recursos disponíveis que possam explicitar a consciência ambiental da comunidade hoje, traçando-se um paralelo com a consciência que se tinha no passado. De acordo com Leff (2008, p. 57):

A questão ambiental não se esgota na necessidade de dar bases ecológicas aos processos produtivos, de inovar tecnologias para reciclar os rejeitos contaminantes, de incorporar normas ecológicas aos agentes econômicos, ou de valorizar o patrimônio de recursos naturais e culturais para passar para um desenvolvimento sustentável. Não só responde à necessidade de preservar a diversidade biológica para manter o equilíbrio ecológico do planeta, mas de valorizar a diversidade étnica e cultural da espécie humana e fomentar diferentes formas de manejo produtivo da biodiversidade, em harmonia com a natureza.

O Estado de Roraima não foge à regra de outros estados da Amazônia. Hoje, a sua população cresceu, aumentou o número de assentamentos de reforma agrária - embora empírico, é uma realidade - e a exploração dos recursos naturais é feita descontroladamente. É urgente a necessidade de exploração sustentável na Amazônia, assim, emerge a busca de novos paradigmas para o processo de desenvolvimento para essas populações no Estado, ampliando o conhecimento sobre a preservação dos recursos naturais, principalmente em comunidades indígenas e reservas já consolidadas.

A Comunidade Indígena Malacacheta, localizada na Região da Serra da Lua, compõe um grupo de dezenove comunidades indígenas, todas demarcadas em ilhas, espalhadas no território Wapichana. Essa realidade permite a instalação de fazendas em meio às terras indígenas, o que propicia uma relação de aproximação entre indígenas e não indígenas.

A Reserva Indígena Malacacheta localiza-se a Sudeste do Estado, conforme mostra o mapa (Anexo A, figura 1).

O mapa que segue (Anexo B, figura 2) delimita a área da Reserva Indígena Malacacheta, demarcada em linha vermelha, localizando a sua sede por um ponto amarelo, onde está a maior concentração da sua população.

A Reserva Indígena Malacacheta é cortada pelo rio Quitauaú e banhada por inúmeros igarapés, alguns com denominações indígenas. De acordo com o Centro

Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI (1991), a demarcação em área descontínua teria sido uma proposta da própria FUNAI sob a alegação de que o “avanço da área pelo posseiro era um fato consumado e qualquer contestação a respeito, naquele momento, atrasaria a agilização do processo de demarcação” nas áreas da região da Serra da Lua.

O processo histórico de ocupação das terras no Brasil foi marcado pelo uso inadequado das florestas e demais formas de vegetação, provocando a degradação de grandes áreas rurais. Atualmente verifica-se que muitos proprietários, talvez por desconhecimento e/ou falta de condições financeiras, não reconhecem a função social e ambiental de suas propriedades rurais.

O equilíbrio entre biótico e o abiótico, depende muito do respeito e uso adequado do ambiente. Neste contexto, é chegada a hora de reverter este processo, cabendo a cada um zelar pela preservação dos remanescentes vegetais nativos e só explorar os recursos que a natureza nos oferece de forma sustentável. Para Leff (2008, p.151): “Na consciência ambiental são gerados novos princípios, valores e conceitos para uma nova racionalidade produtiva e social, e projetos alternativos de civilização, de vida, de desenvolvimento”.

Considerando-se muitos dos trabalhos de pesquisa realizados em Roraima sobre as questões ambientais, pode-se destacar: Meio Ambiente: análise da prática docente na Escola Estadual Indígena de Araçá-Amajari/RR, conforme Sarmento (2010); Construindo e discutindo o diagnóstico sobre a realidade da Educação Ambiental nos Municípios da Região Sul do Estado de Roraima: proposição de um programa interinstitucional, de Marques (2006); Subsídios para a formação de educadores ambientais informais envolvidos na exploração de argila nas margens do Rio Branco, no Município do Cantá/RR e a Educação para o Desenvolvimento Sustentável-EDS, de Cortês (2010); Diagnóstico e concepções relacionadas à Educação para o Desenvolvimento Sustentável presentes nas ações ambientais desenvolvidas em Boa Vista/RR, de Veloso (2009), entre outros, que buscam promover a conscientização e não somente entender o que o indivíduo percebe sobre o meio em que vive, o que faz com que se desenvolva dessa forma o seu sistema de percepção e compreensão do ambiente.

## 2 MARCO TEÓRICO

Para que o ambiente baseie-se numa filosofia de vida sustentada, é preciso preparar desde cedo as novas gerações discutindo e revendo conceitos com os mais velhos. Os professores que têm grandes oportunidades de levar esses conhecimentos aos seus alunos devem não só acreditar no que estão ensinando, mas também praticar esses ensinamentos. Só assim, poderão transmitir esses valores com convicção, contribuindo para que todos vivam com mais dignidade.

É necessário um trabalho de sensibilização que leve a conscientização no sentido de cada um fazer a sua parte na construção de um planeta com melhor qualidade de vida e com uma sociedade mais justa, onde todos busquem consumir apenas o necessário, evitando o desperdício.

Analisando Sauvé (2010), o conceito de Desenvolvimento Sustentável tem sido associado com a Educação Ambiental para promover modelos baseados na sabedoria da utilização dos recursos, considerando a equidade e a durabilidade.

Os educadores têm um papel estratégico e decisivo na inserção da educação ambiental no cotidiano escolar, qualificando os alunos para um posicionamento crítico face à crise socioambiental, tendo como horizonte a transformação de hábitos e práticas sociais e a formação de uma cidadania ambiental que os mobilize para a questão da sustentabilidade no seu significado mais abrangente. (JACOBI, 2005, p. 233).

É importante considerar que o conceito da Educação Ambiental foi sempre limitado à proteção dos ambientes naturais (seus problemas ecológicos, econômicos ou valores estéticos), sem considerar as necessidades dos direitos das populações associados com esses ambientes, como parte integral dos ecossistemas.

Pode-se destacar que as questões ambientais, estão presentes em todos os segmentos sociais, sendo necessário que todos se aglutinem na busca de maior qualidade de vida, auxiliando na construção e vivência deste novo desafio que é o paradigma do Desenvolvimento Sustentável.

A crise ambiental não é compreensível se não for deduzida da relação econômica que se instaurou a partir do modo capitalista de organização: do saber científico, da vida em sociedade e a relação materialista dilapidadora com a natureza.

Quando se fala em ambiente e em educação, deve-se entender a Educação Ambiental, dentro de um processo de resgate da ética, da cultura e da política de uma economia humanizada. Devendo esses preceitos estar embutidos em qualquer forma de relação e informação que implicam em educação, fruto de um processo de ensino e aprendizagem, hoje voltados para um novo paradigma: Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Considera-se importante dessa forma, que a educação cumpra o seu papel como agente crítico, formador e/ou responsável por uma nova consciência politizadora, reinserindo o indivíduo em sua história, em sua cidade, em seu meio, agora como sujeito que interage num ambiente absolutamente interligado.

Trata-se de uma inserção sócio-ambiental que dá sentido maior a vida humana, porque age para construir uma sociedade melhor, justa e com qualidade de vida.

Por outro lado, é notória a evidência dos problemas de população, de recursos e do ambiente a nível mundial: pobreza e fome, desmatamento e extinção de espécies; erosão do solo e surgimento de desertos; poluição do ar e das águas, chuva ácida e destruição da camada de ozônio, além do efeito estufa e das mudanças de clima na Terra.

Nestes tempos em que a informação assume um papel cada vez mais relevante, a educação para a cidadania e diversidade representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação na defesa da qualidade de vida.

Nesse sentido cabe destacar que a educação ambiental assume uma função transformadora, na qual a co-responsabilidade dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover um novo desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável. Entende-se, portanto, que a Educação Ambiental é a condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação ambiental.

Para Ferreira e Coutinho apud Brasil e Santos (2007, p. 255):

A percepção ambiental é condicionada por fatores inerentes ao próprio indivíduo, fatores educacionais e culturais imprimidos pela sociedade e fatores sensitivos derivados das relações do observador com o ambiente. Cada indivíduo enxerga e interpreta o ambiente de acordo com o seu próprio olhar, sua própria maneira de ver o mundo, a partir de suas experiências prévias, expectativas e ansiedades.

A percepção do ambiente é um processo particular a cada indivíduo. É lançado um olhar sobre o espaço presente, o qual se volta, internalizando-se as observações e fazendo-se uma análise da realidade conferida.

Tomando-se como referência Vigotsky, pode-se dizer que um processo de reconstrução interna (indivíduos) ocorre a partir da interação com uma ação externa (ambiente), na qual os indivíduos se constituem como sujeitos pela internalização de significações que são construídas e reelaboradas no desenvolvimento de suas relações sociais.

Desse modo, entende-se que o conceito de ambiente tem em suas bases o pressuposto coletivo, com a existência de particularidades individuais.

Hannigan apud Brasil e Santos (2007, p. 258):

Caracteriza o meio ambiente como um espaço de intersecção e competição entre diferentes definições sociais e culturais. Na visão deste autor o que está em disputa são a natureza e a gravidade das ameaças ambientais e suas dinâmicas, as prioridades de uma questão sobre a outra, as formas adequadas para melhorar ou mitigar o que foi definido como problemático e as possibilidades para influenciar os detentores do poder a aceitar a responsabilidade para implantação de soluções.

Fazendo-se uma análise sobre o pensamento do autor, é impossível discordar do fato da existência de interesses que permeiam as questões ambientais. O fator econômico se sobrepõe a necessidade de manutenção da vida a partir da preservação do ambiente.

Hannigan apud Brasil e Santos (2007) ressalta que dentro da arena social, o processo de definição do que é ou não aceitável, do ponto de vista de transformações e alterações ambientais, é geralmente determinado por extensas negociações e conflitos entre grupos com interesses e percepções diversos.

A realidade que se vive, demonstra a importância do conhecimento acerca de questões relacionadas ao ambiente como agente de promoção da vida. Dessa forma, entende-se que a educação ambiental exerce um papel importante na escolarização, haja vista que prepara o sujeito para a cidadania, assim como para um mundo mais humano.

A questão ambiental requer algumas reflexões. Com o avanço nas últimas décadas do debate mundial acerca da questão ambiental, o tema vem ganhando destaque muito importante na sociedade, seja no meio acadêmico, via

universidades, ou em entidades de ideologia político-ecológica. Além, dos órgãos públicos que funcionam representando o Estado.

A questão ambiental, hoje, mostra-se como um verdadeiro problema social, visto que, acaba concentrando aspectos fundamentais como política, economia e sociedade. Desse modo, funde-se em uma esfera de relação homem-natureza, englobando um sistema integral, associando elementos físicos-bióticos com elementos sociais.

Tal relação é marcada fortemente por ações humanas e tecnológicas de interferências e redirecionamentos dos nossos recursos, dos métodos de produção e transformação da natureza que têm levado a acelerados processos degradacionais responsáveis por um comprometimento das condições ambientais.

Sabe-se que o problema ambiental emerge da perspectiva da apropriação e transformação da natureza de maneira espontânea, ou seja, onde a natureza é vista como efeito útil e imediato, indispensável ao acúmulo do capital. A evolução dos problemas ambientais é proporcional à intensificação da produção da natureza.

Vê-se na atualidade um ambiente degradado associado a uma escassez de recursos naturais, tendo uma sociedade com grande necessidade de gerar recursos para consumo, a fim de transformá-los em recursos financeiros. Tal prática acaba sendo uma necessidade real do mundo de hoje, se refletindo fortemente nas desigualdades sociais e econômicas, resultando numa maior degradação do ambiente.

Assim, o problema ambiental se materializa através das forças produtivas, isto é, onde se dá a relação entre o homem e a natureza, ou mais especificamente, entre a força de trabalho e os meios de produção. Portanto, aqueles que integram as relações de produção é que definem as relações do homem com a natureza, momento em que os problemas ambientais materializam-se.

Dessa maneira, há necessidade do comprometimento dos sistemas naturais colocando a vista uma discussão que é a tentativa do estabelecimento do repensar, ou seja, uma mudança fundamental do relacionamento do homem com a natureza.

## **2.1 Histórico das comunidades indígenas em Roraima**

As comunidades indígenas em Roraima existem desde época não definida ainda com exatidão. A história de Roraima se confunde com a história indígena na

região. Muitas etnias que existem há várias décadas ainda mantêm suas tradições culturais e ambientais, embora, já com influência do homem não indígena.

Conforme Santos (2009, p. 141):

Na tentativa portuguesa de construir povoamentos no Rio Branco, usando como método para atingir este fim o aldeamento indígena, dois temas básicos e problemáticos se apresentaram para os agentes coloniais: um diz respeito à sedentarização dos povos indígenas e, o outro, à organização da produção nos aldeamentos, ambos relacionados entre si.

Analisando a citação vê-se que havia preocupação com a exploração da terra. No entanto, os colonizadores viam nos índios personagens não capazes de executarem as atividades necessárias. Mesmo nesta época, observa-se que o homem branco já buscava interferir na cultura, hábitos e costumes dos povos indígenas.

Segundo Santos (2009, p. 146):

Na forma como se processou a ocupação no Rio Branco, observamos que o extermínio ou a expulsão dos indígenas para lugares distantes não era uma preocupação central ou explícita deste mecanismo de colonização [...] que lugar eles deveriam ocupar neste novo processo? Como sabemos não se tratava mais de aldeá-los.

A história relata nas inúmeras fontes citadas nesta pesquisa, destacando entre elas: Cirino, Santos, Freitas, Diocese de Roraima, NUHSA, entre outras, o processo de ocupação, expulsão, extermínio e outras formas ilícitas de ocupação das terras indígenas.

Na realidade, os inúmeros processos ocorridos serviram para desencadear a miscigenação de vários povos, indígenas ou não, acarretando mudanças da cultura primitiva.

Santos (2009, p. 147) relatava que: “Em essência, podemos dizer que ambas as agências indigenistas visavam a um mesmo objetivo: transformar os indígenas em homens civilizados, o que implicava distanciá-los de sua cultura de origem.”

Desta forma, pensavam os colonizadores que os índios poderiam ser úteis à sociedade que deveriam integrar. A escola para os colonizadores servia como meio de inserir os indígenas na sociedade não indígena, sendo este um caminho ainda hoje utilizado. Assim, os índios passavam a ser “educados” para outros valores culturais, muitas vezes distantes dos seus de origem. Davam-lhes nomes e

sobrenomes, como forma de provocar neles a sensação de pertencimento e, portanto de identidade com os não indígenas.

De acordo com Santos (2009, p. 140):

Como podemos imaginar a desconstrução de uma ordem de lugar já praticada e construção de uma nova por parte dos portugueses, não poderia se processar sem resistência da parte dos que sentiam seu mundo ruir. É desta forma que compreendemos o golpe aplicado pelos indígenas nas pretensões portuguesas de aldeá-los, ocorrido em 1780 e 1781, quando, quase todos os aldeamentos foram abandonados por aqueles povos.

Verifica-se desta maneira que ocorreu uma crise naquele período, quanto ao processo de aldeamento que ocorrera no Forte São Joaquim, às margens do Rio Branco. Segundo o autor, tornou-se necessária a dispersão dos indígenas por lugares remotos, para que não voltassem ou planejassem nova revolta. Os militares à época responsabilizaram em especial os oficiais que guardavam o Forte.

Cirino (2009, p. 132) escreve que: “Nas primeiras décadas do século XX, teve início o processo de evangelização dos missionários beneditinos junto aos wapichanas.” De acordo com o autor, alguns missionários beneditinos estudaram a Língua Wapichana a partir do convívio com jovens índios que falavam o português, que os auxiliavam na conversão. Deu-se assim, início à evangelização dos wapichanas que, considerados dóceis, facilmente permitiram esse processo.

Outro fato relacionado aos indígenas é a atribuição de nomes e sobrenomes. Os não indígenas imprimiram nos indígenas a necessidade de os mesmos terem, além de seus nomes, sobrenomes que identificassem as famílias, tal como acontece na cultura não indígena. Dessa forma, surgiram indígenas com sobrenomes os mais diversos, sendo bastante usado os de famílias não indígenas que moram nas regiões próximas a comunidade.

Santos (2009, p. 133), confirmam isto quando escreve que: “[...] a política oficial de assimilação da população nativa [...]” tinha por objetivo a inserção destes povos no contexto da sociedade colonial portuguesa. Até mesmo os sobrenomes, o Estado ordenava que, doravante os indígenas os retirassem do mesmo quadro utilizado pelas Famílias de Portugal. A história dessa forma, conta com mais este fato que é advindo do convívio com os não indígenas na região. Assim, vai se registrando a alteração na cultura desses povos, o que contribui aos poucos e cada vez mais para a perda de sua identidade.

### 3 A COMUNIDADE MALACACHETA

Situada na porção Sudeste do Estado de Roraima, na Região do Município do Cantá, a Comunidade Indígena Malacacheta, reconhecida por Decreto em 05/01/96, fica a 32 km da capital do Estado (Boa Vista), com acesso pela CTA 318 / BOM 384, ocupando uma área aproximada de 28.631,8258 há, tendo os seguintes limites: ao Norte, com o igarapé do Surrão e enseada do Tucumã; ao Sul, com o rio Quitauaú; a Leste com a fazenda Caiçara, e a Oeste, com as matas da Serra da Lua.

O centro da comunidade está localizado nas coordenadas geográficas N 02° 40' 04" e a W 60° 27' 14" onde fica o seu principal agrupamento de malocas, conforme mostra a figura 2.

A comunidade está entre uma das primeiras a manter contato com os não indígenas devido à proximidade da cidade, portanto, é uma das malocas que mais tem experimentado mudanças nesta região.

A língua materna da Comunidade é o Wapichana, nome este também atribuído àquela etnia. Contudo, o português se tornou o idioma mais usado na Comunidade devido ter sido introduzido ali há bastante tempo.

O número de falantes nas malocas Wapichana mais distantes de Boa Vista é maior, tal é o caso das malocas: Jacamim, Marupá e Wapun. Até 1998, o acesso às três malocas era dificultado pelo rio Jacamim que cortava a estrada, principalmente no período do inverno [...]. Os Wapichana da Malacacheta acreditam que as referidas malocas experimentarão um processo semelhante. (SANTOS, 2009, p. 224).

As informações relatadas na citação permitem afirmar que o processo de perda do código cultural no que se refere a língua materna está intrinsecamente relacionado ao contato com os não indígenas. Contudo, é importante pensar este fato como um processo natural, pois, a localização e o acesso para a comunidade são fatores que contribuem fortemente para influencias desse tipo.

No principal agrupamento de malocas, o que pode ser chamado de sede da comunidade encontra-se instalados um posto de saúde, uma escola pública estadual, um orelhão comunitário, uma quadra de esportes, um campo de futebol, um grande salão para a realização de festas e reuniões, uma igreja católica, uma igreja evangélica, a moradia do tuxaua, líder daquela comunidade e, também das outras pessoas que ali vivem.

As instalações citadas, além de rede de energia e antena de telefonia, são algumas características de ambientes urbanos que ali foram disponibilizados com o propósito de melhorar a vida das pessoas e fazer com que não necessitem de mudar-se para a cidade em busca de serviços desta natureza.

A principal atividade que traz alguma fonte de renda para aquela comunidade é o cultivo da mandioca e seus derivados, onde é comercializada a farinha, que é uma referência para a comunidade. Quanto à criação de animais, esta é incipiente, existindo apenas para o consumo.

Alguns dos indígenas daquela comunidade, principalmente do sexo masculino, prestam serviço nas propriedades particulares próximas da área de reserva. Estes têm características comuns e próprias relativas ao tempo dispensado ao trabalho, forma de vida e comportamento.

De um modo geral, a comunidade procurar manter, repassar e difundir seus hábitos e cultura tradicional, o que pode ser observado nas cerimônias festivas como a tradicional “Festa da Damurida” que acontece todos os anos no mês de novembro, num período de três dias, onde todos os índios desta etnia, moradores da região, se reúnem em festividade de danças e rituais próprios e se alimentam da Damurida (peixe cozido apimentado) acompanhado do Caxiri (bebida feita da mandioca fermentada-cachaça).

Quanto às análises realizadas, tornou-se bastante instigante o aprofundamento das reflexões, no sentido de ampliar o conhecimento acerca das percepções sobre o ambiente naquela comunidade.

#### **4 MARCO METODOLÓGICO**

A pesquisa adotou os princípios da abordagem qualitativa, desenvolvendo aspectos da abordagem referida usadas nas entrevistas realizadas, privilegiando os aspectos culturais e hábitos capazes de serem modificados pela influência dos não indígenas na Comunidade Indígena Malacacheta.

A metodologia utilizada foi baseada na observação e interpretação de falas, hábitos e culturas evidenciadas nas entrevistas e observações realizadas. Foi utilizado o Método Hermenêutico, com o auxílio da Análise de Conteúdo e o Descritivo-Analítico, priorizando as informações que atendessem às categorias selecionadas para esta investigação.

Segundo Gamboa (2007, p. 176), a pesquisa:

Para enfoques hermenêuticos, a interpretação e a compreensão são indispensáveis dentro da necessidade que os homens têm de se comunicar [...] nesta abordagem o sujeito é privilegiado, isto é, o processo é centralizado no sujeito e, nas pesquisas dialéticas, o homem é concebido como ser social e histórico, que, embora determinado por contextos econômicos, políticos e culturais, é seu criador e transformador.

Neste estudo, o Método Hermenêutico foi utilizado aliado à Análise de Conteúdo. A metodologia também teve enfoque analítico e descritivo. De acordo com Galiazzi (2003), a Análise de Conteúdos significa ler aquilo que se apresenta de forma crítica e com compromisso político, o que pode propiciar uma análise mais profunda do que está sendo estudado, a fim de contribuir para uma realidade diferente, mais justa e com oportunidades mais equalizadas.

Como instrumento para coleta de dados, o caminho investigativo utilizou entrevistas (registro de falas e do comportamento das pessoas do grupo).

A população-alvo foi constituída por indígenas e não indígenas, sendo todos os indígenas pesquisados integrantes da Comunidade Indígena Malacacheta, que de acordo com o censo local do ano de 2009, no ano citado possuía uma população de 904 indígenas. Deste total, foram aplicados questionários para 35 indígenas que se encontram numa faixa etária de 20 a 60 anos de idade. Cada indígena entrevistado nesta pesquisa representa uma família na comunidade.

Os não indígenas moradores da região próxima a Terra Indígena Malacacheta também foram entrevistados, sendo aplicado o mesmo questionário utilizado com os indígenas, para um total de 20 pessoas. Destacamos que as entrevistados responderam em duplas, prevalecendo sempre às idéias consensuais em cada dupla.

A entrevista foi aplicada no 2º Semestre de 2009 com os membros da comunidade investigada. O ICD estava estruturado em quatro questões referentes aos indicadores analisados na pesquisa. Cada entrevistado recebeu uma denominação, tipo: PI 01 (pesquisado indígena 01).

As entrevistas realizadas com os não indígenas ocorreram no 1º semestre de 2010, alcançando vinte moradores no entorno da Comunidade Indígena de Malacacheta.

## 5 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS EM RELAÇÃO AOS INDICADORES SELECIONADOS

Na análise dos dados coletados usou-se a interpretação das respostas oferecidas pelos entrevistados, caracterizando o Método Hermenêutico, acompanhado da técnica da Análise de Conteúdos. Cada indicador constitui-se em uma categoria principal (CP). Para cada CP foi construído um conjunto de Categorias Específicas (CE), utilizando o conjunto de idéias semelhantes que se repetiam a cada CP analisada.

Para o registro e posterior análise dos dados coletados, construiu-se uma Matriz Analítica, contendo as categorias principais, acompanhada das percepções dos entrevistados. Estes dados foram registrados mantendo a grafia original constante nas respostas dos indígenas. Posteriormente, elaborou-se o conjunto de CE para cada CP. A partir daí, realizou-se o processo de análise das percepções diante dos autores selecionados e presentes no referencial teórico.

Os dados constantes na Matriz Analítica foram agrupados em categorias específicas, apresentadas na figura 6 e analisados na seqüência.

A análise feita a seguir reuniu as idéias mais repetidas pelos entrevistados em cada indicador, presentes na tabela 1, agora assumindo metodologicamente a figura de Categorias Principais- CP. O conjunto de idéias semelhantes em cada CP constitui-se no grupo de Categorias Específicas- CE para cada CP.

A freqüência que aparece entre parênteses significa o número de vezes que a opinião foi manifestada pela amostra (35). Destacamos que na fala dos entrevistados, colocadas em *itálico*, preservamos a escrita original, com o intuito de mostrar a presença da linguagem escrita dos não indígenas na cultura dos indígenas.

A Análise das Categorias Principais e dos respectivos conjuntos das Categorias Específicas possibilita a identificação de aspectos que são determinantes nas percepções dos indígenas sobre os temas que foram objetos das entrevistas realizadas. A análise foi feita por grupo de categorias:

- a) Significado de Ambiente: preservação, uso e recuperação.

A qualidade e o tempo de vida estão diretamente relacionados ao ambiente, portanto, é importante preservar, utilizando os recursos naturais de maneira sustentável como forma de garantir a existência do habitat de todos os seres. O

ambiente limpo e preservado fornece todas as condições saudáveis de sobrevivência.

Em relação ainda a abrangência, maturidade e dimensão deste conceito, que dá sentido contextual à fragmentação escolar, Ab'Saber (1991) apud Matarezi et al (2000), em busca da descrição traduzida da excelência ambiental sustentável na educação em sociedade cita:

Garantir a existência de um ambiente sadio para toda a humanidade implica em uma conscientização realmente abrangente, que só pode ter ressonância e maturidade através da Educação Ambiental. Um processo educativo que envolva ciência e ética e uma nova filosofia de vida. (AB'SABER, 1991 apud MATAREZI et al, 2000, p. 5).

O Autor complementa e relaciona o raciocínio de Ab'Saber (1991) chamando a atenção para a dimensão realista deste contexto, com a tomada de consciência da necessidade do meio ambiente saudável para a própria manutenção da vida do homem e preservação da sua espécie neste planeta:

Pode-se falar da preservação da natureza como sendo algo vital para a humanidade, mas se o Homem não perceber, entender e repensar suas relações com o Meio Ambiente, e dar outro sentido a importância que tem o Meio Ambiente em sua vida, sua compreensão sobre este fato será incompleta, pois lhe faltará uma dimensão básica da compreensão: a vivência e o contato com a natureza, percebendo, sentindo, explorando e, sobretudo vivenciando este reconhecer. (MATAREZI; et al, 2000, p. 5).

Valorizar com estas afirmações as atividades práticas em campo, dando respaldo à aplicação do programa das trilhas como parte deste contexto globalizado da educação e formação dos valores sociais para o exercício da cidadania, oferecendo-se oportunidade não só para a comunidade escolar local e sim para toda sociedade regional. Destacamos que PI 14 escreve: "E lugar onde vivemos ou moramos. Preservar é muito bom, por que o ambiente tem que estar limpo. Recuperar o ambiente para o nosso bem".

Vinte e sete dos indígenas entrevistados, consideram de maneira comum que é importante preservar o meio ambiente porque nós estamos vivendo num tempo em que tudo é poluído. Existe muito lixo que vem prejudicar a vida de todo mundo. Se não tiver cuidado agora, depois não terá mais jeito de recuperar o que foi perdido. (indígena da Comunidade Indígena Malacacheta, 2010).

Quanto aos não indígenas moradores da região é possível constatar que a preocupação com o ambiente é bastante evidente, sendo expresso esse sentimento por onze pessoas, o que significa mais da metade dos entrevistados. De maneira geral conceituam o ambiente como todos os espaços do planeta ou ainda o local onde se vive.

Tanto os indígenas quanto os não indígenas pesquisados consideram importante preservar o ambiente, entendendo que essa é a única maneira de garantir a continuidade da vida de todos os seres.

b) Destino final dos resíduos sólidos.

Uma grande parte dos resíduos sólidos é despejada pelos indígenas longe de casa, enquanto que outra parte, numa proporção quase que igual, é despejada num buraco no quintal, cavado para este fim, e depois queimada. Um número bem pequeno desta população faz a reciclagem desses resíduos. Na fala dos indígenas salientamos que “todos resíduos sólidos são como nos temos bastante garrafa são jogado no buraco e os plásticos são queimados e lata vão ser jogados no buraco”.

O lixão, ou disposição de resíduos a céu aberto, caracteriza-se como uma forma de disposição final inadequada; traz como consequência uma série de impactos negativos, sendo totalmente condenável do ponto de vista sanitário, ambiental e social. (PHILIPPI JR.; et al, 2009, p. 208).

Uma vez contaminado, o solo passa a ser um risco à saúde das pessoas. O destino que vem se dando aos resíduos sólidos dentro da comunidade, remete à preocupação com a saúde de todos.

Culturalmente, os resíduos sempre foram afastados da proximidade da população que os gerou. Costumam ser abandonados na periferia da área urbana, lançados em encostas, em depressões ou fundos de vale, ou aterrados em terrenos circunvizinhos, com o objetivo de afastá-los da visão da população, até onde não possam mais ser percebidos. A retirada dos resíduos elimina das proximidades os incômodos decorrentes do lixo – odor e impacto visual (PHILIPPI JR.; et al, 2009, p. 207).

O acúmulo do lixo propicia o aparecimento de moscas, baratas, ratos, entre outros insetos que podem ser vetores de doenças. Esses animais podem circular no ambiente doméstico e contaminar alimentos muitas vezes expostos, sem que as pessoas percebam, causando sérios problemas de saúde.

Em relação aos aspectos sanitários, o principal problema da disposição inadequada dos resíduos sólidos é a presença de vetores de importância à saúde pública. Eles são capazes de proliferar no lixo e ocasionar diversas enfermidades ao homem, por diferentes vias de transmissão. (PHILIPPI JR.; et al, 2009, p. 210).

Dessa forma, entende-se que a disposição inadequada de resíduos sólidos contribui para o aparecimento de doenças bastante comuns, sendo a diarreia a principal delas. Diante desse problema reconhecido pelos indígenas, é que o despejo do lixo é feito em local afastado das suas casas, na falsa idéia de que, procedendo dessa maneira, estarão se precavendo de doenças do gênero.

Em se tratando dos não indígenas, nove de um total de vinte pesquisados acondicionam o lixo e levam para a cidade. Estes certamente possuem transporte que possibilita carregar esses resíduos.

Outra parte dos pesquisados (seis) também já têm o hábito de jogar em um buraco afastado de casa e queimar quando é possível.

Os não indígenas, assim como os indígenas, reconhecem que o lixo é um problema para todos. Contudo, não conseguem apontar uma solução ambientalmente correta para essa questão.

Alguns dos não indígenas entendem que o correto é fazer o transporte desses resíduos para a lixeira de Boa Vista, capital do Estado. Porém, nem todos têm condições de estar carregando o lixo para a cidade, o que faz com que o problema persista e continue a espera de uma solução.

#### c) Destino final dos efluentes.

Observou-se que dezesseis dos moradores indígenas entrevistados na Comunidade Malacacheta fazem o despejo direto no solo, e outra parte quase que igual, destina para fossa. Um número menor de pessoas (cinco) separa a água das pias e chuveiro, deixando essas escorrerem direto para o solo, enquanto que as do vaso sanitário são canalizadas para as fossas. “Os esgotos domésticos, tratados ou não, quando lançados no corpo de água, irão provocar alteração nas suas características físicas, químicas e biológicas.” (PHILLIPI JR.; et al, 2009, p. 185).

O lançamento inadequado de esgoto sanitário e outros efluentes no solo podem provocar a poluição tanto deste, quanto das águas subterrâneas, deixando essa área de disposição contaminada e a água imprópria para uso. O uso da água contaminada poderá se constituir num problema de saúde com efeitos graves.

Quanto ao tratamento que é dado ao destino final dos efluentes por parte dos não indígenas, verifica-se que dezoito dos entrevistados despejam direto na fossa, sendo que cinco pessoas despejam uma parte destes (água da pia e chuveiro) no quintal.

Importante se faz lembrar que o acúmulo de água em determinados locais pode favorecer o aparecimento de mosquitos e conseqüentemente de doenças por eles transmitidas. No depoimento dos entrevistados, destacamos que “certo que da pia e da máquina de lavar roupas é no quintal, do banheiro (chuveiro e sanitário) é na fossa.”

A construção de fossas sépticas é, portanto, a medida mais correta para a resolução deste problema existente entre os não indígenas e mais evidenciado ainda entre os indígenas pesquisados.

d) Aproveitamento dos recursos naturais: alimentação e medicina.

No que se refere à alimentação dos indígenas retirada de forma direta da natureza, constatou-se através da pesquisa um grande consumo de peixes, animais de caça e macaxeira utilizada para fazer a farinha e o beijú.

Frutas nativas da região como buriti, açaí, murici, abacaba e até mesmo outras (exóticas), como a banana, manga e goiaba são bastante consumidas pelos indígenas. Vegetais comestíveis, como abóbora, batatas e pimentas, também são bastante consumidos na comunidade.

“Nossa comida é um importante meio de prevenir e curar doenças. Se nossos males são em grande parte provocados pela boca, é simples intuir que poderão também ser amenizados pela boca” (BALBACH; BOARIM, 1992, p. 7).

De acordo com os autores, cultivar hábitos saudáveis é primordial para uma boa saúde. Se nos alimentamos bem, seremos pessoas saudáveis sempre. É preciso então cultivar hábitos saudáveis e para isso, aproveitar o que a natureza pode oferecer.

Com relação às plantas medicinais, estes fazem bastante uso do que a natureza lhes oferece. A entrecasca do caimbé e do cajueiro são cicatrizantes; a salva do campo serve para gripe, pressão alta, sendo também calmante; o olho da goiabeira e do araçá combatem a diarreia; o boldo é utilizado para má digestão e dor de cabeça. Outras folhas e raízes aparecem como medicamentos, porém, em menor proporção.

Isso pode ser comprovado na fala do pesquisado indígena de número 33 que diz: “a medicina são as medicina tradicional que nos aproveitamos. como: ervas e outros tipos de medicinas.”

Para os indígenas além de algumas plantas servirem de remédio, não há nenhum custo para adquiri-las. Inversamente, o custo para a aquisição de determinados remédios industrializados, pode inibir o consumo. Da mesma forma ocorre com alguns alimentos.

“O uso das plantas, exceto naturalmente as venenosas, não prejudica o organismo, antes o beneficia, purificando-o e curando-o de algumas doenças.” (BALBACH, 1993, p. 7).

Ao contrário do que se vê com a ingestão de remédios da indústria farmacêutica, que muitas vezes em pequenas ou grandes doses, por períodos indeterminados, causam a intoxicação e em muitos casos pode deixar graves seqüelas para toda a vida da pessoa, a utilização de remédios naturais não leva à esse risco.

Os não indígenas, em se comparando aos indígenas, ingerem uma quantidade maior de alimentos industrializados e fazem menor uso da medicina natural, fato esse que significa o aumento do consumo de remédios da indústria farmacêutica.

O permanente contato com os familiares moradores da cidade contribui bastante para essa realidade observada. Contudo, alguns dos pesquisados dão preferência aos alimentos e remédios naturais.

Destacamos que os não indígenas também sofrem influência dos indígenas, pois, conforme o depoimento de um dos entrevistados, o mesmo afirma que “nos alimentamos de alguns animais de caça e de frutas. Plantamos hortaliças e frutas para o consumo e trazemos também muitos alimentos da cidade. Utilizamos a medicina da cidade e natural.”

Desta maneira, o objeto da pesquisa também obteve dados que mostram a influência recíproca das culturas, hábitos e comportamentos estudados.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No que se refere ao objetivo que investigou as percepções dos indígenas da Comunidade Indígena Malacacheta quanto aos saberes existentes em relação ao

ambiente, encontraram-se respostas significativas que possibilitam concluir que o ambiente preservado sempre foi preocupação dos indígenas da comunidade.

Dentro dos saberes transmitidos de geração em geração pode-se observar a preocupação com o manejo dos resíduos sólidos e dos efluentes, aliados aos cuidados com a utilização racional da natureza para o uso de seus frutos na alimentação e medicina.

Quanto à solução para os problemas ambientais, observa-se que ainda ocorrem ações que perpetuam a cultura da comunidade em estudo, ao mesmo tempo em que também se registra a intervenção do não indígena nos hábitos, costumes e cultura da comunidade e no contexto loco - regional.

Na análise da cultura tradicional da Comunidade Indígena Malacacheta, usando a técnica da observação *in loco* e da leitura de imagens, verificou-se mudanças nas características típicas da comunidade.

Para que de fato o ambiente seja entendido como a inter-relação da vida é necessário que a comunidade perceba que faz parte de um todo, onde as pessoas devem estar interessadas na solução e/ou minimização dos problemas ambientais diagnosticados, lembrando sempre que estamos dentro de um ciclo ecológico e que por isso, qualquer agressão que se faça hoje à natureza, as conseqüências no futuro serão sentidas por esse feito.

Assim sendo, com base nos resultados obtidos, verifica-se que o que está faltando para os indígenas e não indígenas é somente colocar em prática os conhecimentos existentes relativos aos cuidados acerca do meio ambiente, de maneira que todos assumam verdadeiramente uma postura ambiental, voltada para a promoção da vida.

A investigação dos hábitos, dos costumes, da cultura, do ambiente, da alimentação e da produção e comercialização de alimentos dos indígenas na comunidade estudada, indica que o processo de desenvolvimento, por mais lento que seja, é uma realidade, contudo, deve ser buscado em conjunto com a preservação do meio ambiente, em prol das gerações presentes e futuras.

Verifica-se a presença da cultura e hábitos dos não indígenas na vida diária da comunidade. É preciso repensar ações, valores, sensibilizar e, por fim, chegar a mudanças de comportamento ao tornar-se consciente do que é necessário estar se fazendo para melhorar a qualidade de vida. Tudo isto depende das percepções que se tem sobre o ambiente.

## REFERÊNCIAS

BALBACH Alfons. **As plantas curam**. Itaquacetuba, SP: Editora Missionária, 1993.

BALBACH Alfons; BOARIM Daniel S. F. **As frutas na medicina natural**. 2.ed. Itaquacetuba, SP: Editora Missionária, 1992.

BRASIL Ana Maria; SANTOS Fátima. **Equilíbrio ambiental e resíduos na sociedade moderna**. 3.ed. São Paulo: FAARTE, 2007.

CIRINO, Carlos Alberto Marinho. **A “Boa Nova” na língua indígena**: contornos da evangelização dos Wapichanas no Século X. Boa Vista: UFRR, 2009.

CORTÊS, I, C. **Subsídios para a formação de educadores ambientais informais envolvidos na exploração de argila nas margens do Rio Branco, no município do Cantá/RR e a Educação para o Desenvolvimento Sustentável-EDS**. 2010. Dissertação (Mestrado). – PPGECIM/ULBRA, Canoas, RS, 2010.

GALIAZZI, Maria do Carmo. **Educar pela pesquisa**: ambiente de formação de professores de ciências. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2003.

GAMBOA, Silvio Sanches. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologias. Chapecó, SC: Argos, 2007.

JACOBI, P. R. **O desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo**. 2005. Tese (Doutorado Educação Ambiental Educação e Pesquisa). - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

LEFF, Henrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARQUES, A. L. **Construindo e discutindo o diagnóstico sobre a realidade da Educação Ambiental nos municípios da região Sul do Estado de Roraima**: proposição de um Programa Interinstitucional. 2006. Dissertação (Mestrado). – PPGECIM/ULBRA, Canoas, RS, 2006.

MATAREZI, J.; et al. Educação ambiental, o conceito de meio ambiente e a nossa visão de mundo. SIMPÓSIO GAÚCHO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Anais...** Erechim, RS, URI, 14-18 ago. 2000.

PHILIPPI JR, A. **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri, SP: EDUSP, 2009.

PILETTI, Cláudio. **História e vida**: da origem da humanidade à Idade Média. 25.ed. São Paulo: Ática, 2002.

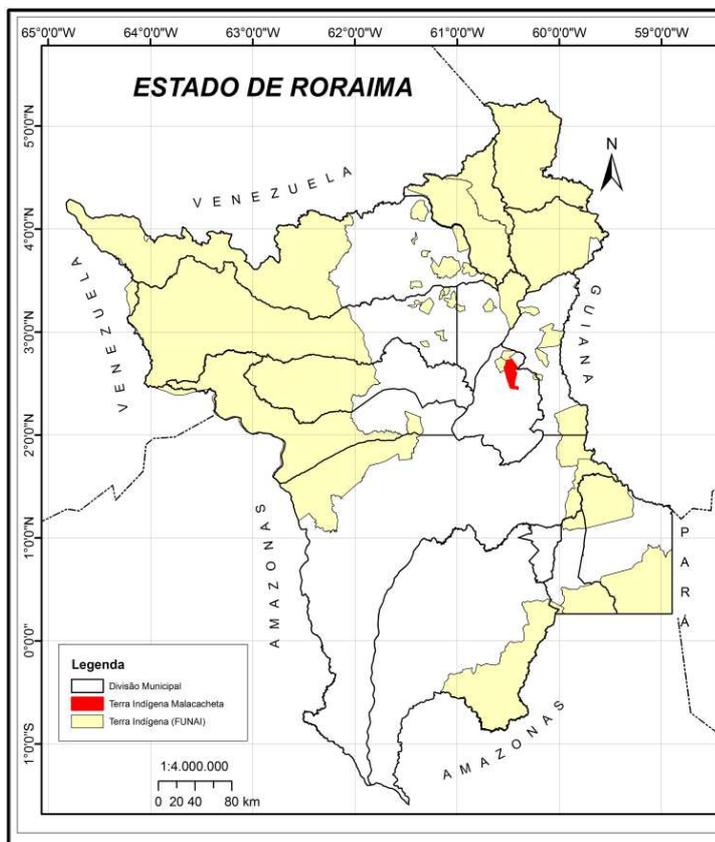
SANTOS, N. D. **Amazônia**: espaço, cultura e visões de mundo. Boa Vista: UFRR, 2009.

SARMENTO, E. F. **Meio ambiente**: análise da prática docente na Escola Estadual Indígena de Araçá-Amajari/RR. 2010. Dissertação (Mestrado). – PPGEICIM/ULBRA, Canoas, RS, 2010.

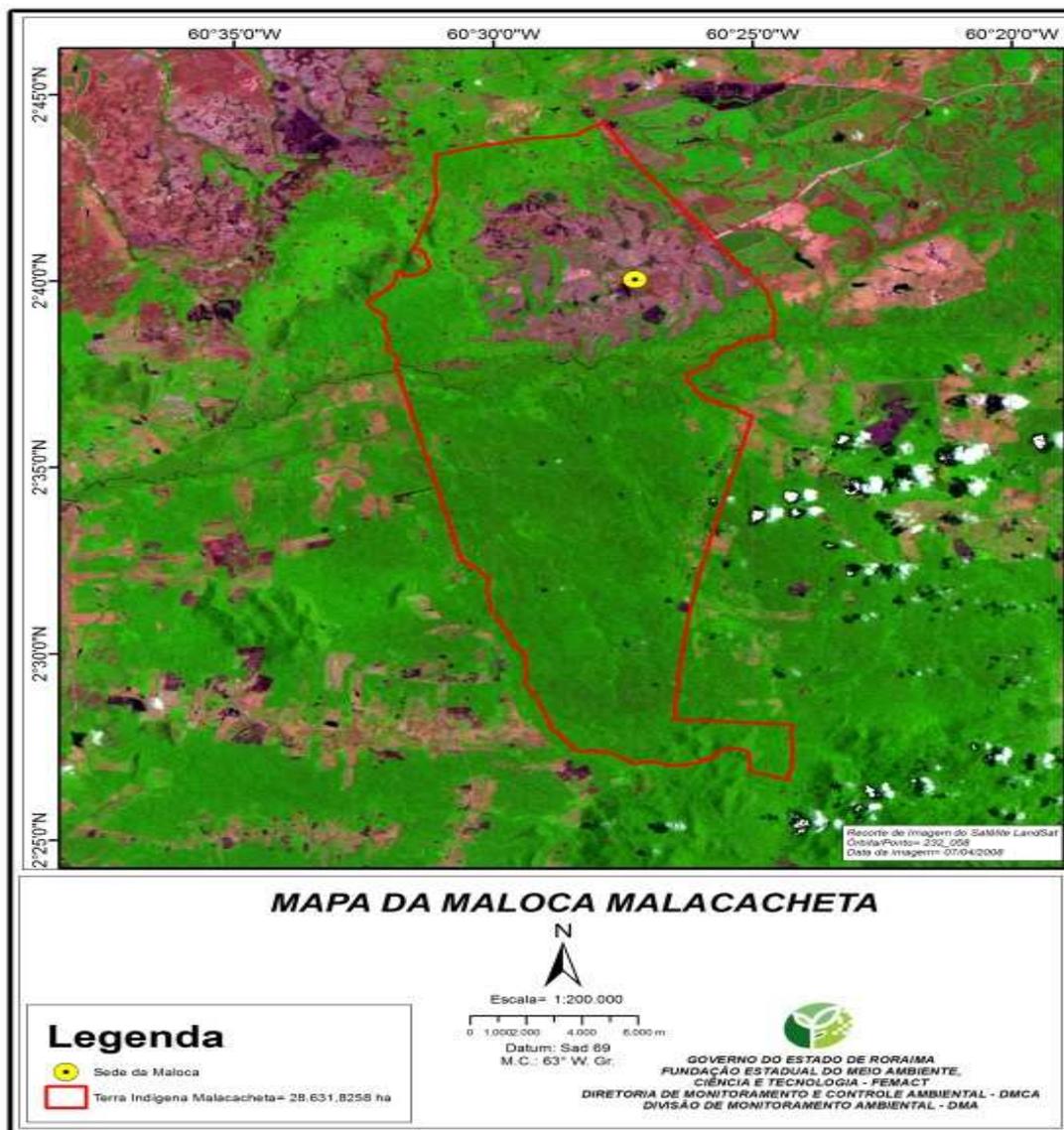
SAUVÉ L. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável**: uma análise complexa 1. Disponível em: <[http://www.rebea.org.br/arquivorebea/acoes/tecendo/ponto\\_004.pdf](http://www.rebea.org.br/arquivorebea/acoes/tecendo/ponto_004.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2010.

VELOSO, M. S. **Diagnóstico e concepções relacionadas à Educação para o Desenvolvimento Sustentável presentes nas ações ambientais desenvolvidas em Boa Vista/RR**. Dissertação (Mestrado). – PPGEICIM/ULBRA, Canoas, RS, 2009.

**ANEXO A - Figura 1 - Mapa do Estado de Roraima com a demarcação das reservas indígenas**



**ANEXO B - Figura 2 - Mapa de localização da Comunidade de Malacacheta**



**ANEXO C - Conjunto de categorias específicas (CE) para cada categoria principal, contendo o total de opiniões dos respondentes**

CP Nº	INDICADORES	CATEGORIAS ESPECÍFICAS
CP 1	Ambiente na visão dos indígenas	CE 1.1 Uso do ambiente de forma sustentável: recuperar e preservar (14); CE 1.2 Importante preservar o ambiente para a vida (13); CE 1.3 Evitar doenças com alimentação e saúde (12); CE 1.4 Preservar garante o habitat dos seres vivos e o equilíbrio (11); CE 1.5 Poluição prejudica a vida (10); CE 1.6 Qualidade e tempo de vida (09).
	Ambiente na visão dos não indígenas	CE 1.1 <i>Necessita de cuidados/preservação para a vida (11);</i> CE 1.2 <i>Local onde vivemos (9);</i> CE 1.3 <i>Todos os espaços do planeta constituem ambiente (7);</i> CE 1.4 <i>Estabelece relações e cuidados entre os seres vivos (3);</i> CE 1.6 <i>Uso dos recursos promove desenvolvimento e crescimento local (2).</i>
CP 2	Destino final dos Resíduos Sólidos na visão dos indígenas	CE 2.1 Joga no buraco no quintal e queima (13); CE 2.2 Joga longe de casa (11); CE 2.3 Joga no buraco e não queima (08); CE 2.4 Recicla/ separação (03).
	Destino final dos Resíduos Sólidos na visão dos não indígenas	CE 2.1 <i>Levado para os lixeiros de Boa Vista (9);</i> CE 2.2 <i>Jogado em buraco afastado da casa (6);</i> CE 2.3 <i>Recolhido em sacolas plásticas (3);</i> CE 2.4 <i>Parte é queimada (3).</i>
CP 3	Destino final dos efluentes na visão dos indígenas	CE 3.1 Joga no terreno/quintal (16); CE 3.2 Vai para a fossa (15); CE 3.3 Água da pia para o solo e do vaso para a fossa (05).
	Destino final dos efluentes na visão dos não indígenas	CE 3.1 <i>Despejados na fossa (18);</i> CE 3.2 <i>Parte no quintal (5).</i>
CP 4	Aproveitamento dos Recursos Naturais (alimentação e medicina) na visão dos indígenas.	CE 4.1 Peixe, caças e farinha (22); CE 4.2 Patuá, caxiri, goma, carimã, tapioca, beijú, buriti, abóbora, cará e pimenta (13); CE 4.3 Banana, macaxeira, manga, laranja, abacaba, açaí (10); CE 4.4 Salva do Campo (08); CE 4.5 Boldo (07); CE 4.6 Copaíba, Caimbé, Jatobá, Língua de Pirarucú, Crajirú e Pião Roxo (06).
	Aproveitamento dos Recursos Naturais (alimentação e medicina) na visão dos não indígenas.	CE 4.1 <i>Utilizamos poucos remédios naturais (14;)</i> CE 4.2 <i>Não fazemos uso da medicina natural/ usamos medicina convencional (6);</i> CE 4.3 <i>Plantamos fruteiras, plantas medicinais e hortaliças para o consumo (6;)</i> CE 4.4 <i>Comemos animais de caça e frutas(3);</i> CE 4.5 <i>Muitos alimentos industrializados (11).</i>